

Novo modelo de avaliação começa hoje a ser negociado

“É uma tentativa clara de ganhar aqueles professores.” É assim que Mário Nogueira, secretário-geral da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) vê a isenção de avaliação dos professores dos 8.º, 9.º e 10.º escalões apresentada na proposta ministerial para o novo modelo de avaliação.

A isenção atinge cerca de 40 mil docentes em topo de carreira, mas para a Fenprof trata-se de uma tentativa de fazer com que os professores isentos aceitem o modelo “não por ser bom mas por não se lhes aplicar”, disse Mário Nogueira, em declarações à agência Lusa.

O secretário-geral da Fenprof recusa-se a fazer uma “leitura simples” de considerar por estarem em topo de carreira, com cerca de 30 anos de exercício de profissão, os professores não têm de ser avaliados da mesma maneira que os outros. E vai mais longe. Para a Fenprof, a real intenção do Ministério da Educação e Ciência (MEC) pode ser “reservar para esses professores o papel de avaliadores”, fazendo com que venham a ser avaliados, mas pelos directores das escolas.

A confirmar-se essa intenção que não está escrita na proposta do MEC, Mário Nogueira arrisca um cenário: “Não nos parece que esses professores prefiram ser avaliadores externos, andar de escola em escola sem ter certeza sobre quem lhes paga as deslocações ou se têm reduções de horário para desempenhar essas funções e serem avaliados por directores”, sublinhou em declarações à Lusa.

Reunião com MEC deve esclarecer dúvidas dos sindicatos

São muitas as dúvidas que a proposta para o novo modelo de avaliação tem suscitado. “Quanto mais olhamos [para o modelo de avaliação proposto] mais perguntas e menos certezas temos”, disse o secretário-geral da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), Mário Nogueira, em declarações à Lusa.

A cabeça da lista de esclarecimentos que a Fenprof vai pedir hoje a Nuno Crato está a questão de como será criada a “bolsa de avaliadores externos”. “São as próprias escolas a que pertencem que os designa? São as outras escolas? E nesse caso quem vai pagar deslocações e que reduções de horário vão ter esses professores avaliadores?”, questionou.

Outro dos aspectos que a Fenprof conta ver esclarecidos é para quando está previsto um desbloqueamento das carreiras, já que a avaliação de desempenho apresenta-se ligada a momentos de progressão.

Em conclusão, Mário Nogueira voltou a insistir que os professores não querem “uma avaliação complexa”, mas alertou para o facto de a proposta ministerial ter “coisas feitas de maneira muito vaga e simplista”. E são esses pontos que os sindicalistas vão agora tentar perceber.

Calendarização das negociações

O dia de hoje está reservado para onze dos sindicatos mais pequenos, entre os quais o Sindicato dos Professores do Pré-escolar e Ensino Básico, Associação Sindical de Professores Licenciados, Federação Nacional do Ensino e Investigação e Sindicato dos Educadores e Professores Licenciados pelas Escolas Superiores de Educação e Universidades.

Na terça-feira às 10 horas será a vez da Fenprof, e de tarde a Federação Nacional da Educação (FNE).

A pedido da Fenprof realiza-se mais uma reunião na quarta-feira dedicada aos professores que ficarão sem colocação e os que ficarão sem horário, circunstâncias que o ministro da Educação, Nuno Crato, já admitiu que poderão aumentar este ano lectivo.

Pelo lado do MEC, a discussão deverá ser conduzida pelo secretário de Estado do Ensino e Administração Escolar, João Casanova de Almeida.